<u>Resumo executivo – O caso Lieselotte Viaene e o capítulo difamatório publicado pela Routledge</u>

Este documento analisa as contradições e falhas éticas do capítulo coescrito por **Lieselotte Viaene** e publicado no livro *Sexual Misconduct in Academia* (Routledge, 2023), onde se alude indiretamente ao **Centro de Estudos Sociais (CES)** e ao professor **Boaventura de Sousa Santos (BSS)** com acusações de cultura institucional de assédio sexual. A seguir, destacam-se os pontos-chave:

1. **LV foi a principal autora do capítulo, "The walls spoke when no one else would"**, junto com Catarina Laranjeiro e Miye Nadya Tom. O texto usa a «autoetnografia» para acusar sem provas figuras anónimas como o «professor estrela», a «mulher vigilante» e o «aprendiz», facilmente identificáveis pelo leitor como membros do CES e, em especial, BSS.
2. **O texto foi alvo de fortes críticas por sua falta de rigor e ética**, incluindo uma carta enviada à Routledge pelas professoras feministas **Gay W. Seidman e Linda Gordon**, que alertaram sobre a publicação de acusações sem evidência factual, sem direito de réplica e com graves consequências para a reputação do visado (*prova 1: carta de 11 de maio de 2023).*

De: *GAY W SEIDMAN <[redacted]>*

Enviado: *Quinte feira, 11 de maio de 2023 8:37 PM*

To: *[redacted] < >; [redacted] < [redacted] >; [redacted] < [redacted] >*

Subject: *Preocupações sobre «As paredes falaram quando ninguém mais falava»*

Prezados Dr. Pritchard, Dr. Edwards e conselho editorial da Routledge:

Escrevemos para expressar a nossa profunda preocupação com as questões éticas decorrentes da publicação do artigo «As paredes falaram quando ninguém mais falava: notas autoetnográficas sobre o controlo do poder sexual na academia de vanguarda», de Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya Tom, em Sexual Misconduct in Academia: Informing an ethics of care in the University (Routledge 2023).

Como já sabem, o artigo denuncia uma cultura de assédio num centro de investigação da Universidade de Coimbra, referindo-se a indivíduos que são rotulados como «professor estrela», «mulher relógio» e «aprendiz», sem os nomear. Utilizando uma abordagem conhecida como «autoetnografia», nenhum dos autores afirma realmente ter sofrido assédio significativo. Em vez disso, afirmam que um «professor estrela» e uma «mulher vigilante» anónimos foram os responsáveis por criar ou permitir uma cultura de assédio sexual em toda a instituição.

Embora o artigo não identificasse o local do suposto assédio, os leitores puderam identificar instantaneamente, e assim o fizeram, a única instituição que os três autores têm em comum: a Universidade de Coimbra, em Portugal. Assim, os leitores puderam identificar o «professor estrela» como Boaventura de Sousa Santos. Além disso, poucos dias após a publicação do livro, vários artigos de imprensa mencionavam as três pessoas e repetiam e ampliavam as acusações contra o professor de Sousa Santos e outras

pessoas do instituto. Assim, a pretensão do artigo de que não acusava ninguém em particular era, para dizer o mínimo, pouco sincera.

Além de se referir repetidamente a uma pichação anónima, o artigo não oferece nenhuma prova concreta de que tenham observado qualquer tipo de assédio sexual. Ao afirmar que utilizam a «autoetnografia» — uma abordagem que sem dúvida tem valor — , os autores parecem acreditar que têm o direito de se basear em rumores, pichações anónimas e seu mal-estar pessoal para sustentar a acusação de que o Centro de Ciências Sociais de Coimbra promoveu uma cultura de assédio e violação.

Além disso, como os autores reconhecem explicitamente no capítulo, não foi feita qualquer tentativa de obter uma resposta das pessoas acusadas ou da instituição. Isto significa que nenhum dos acusados teve a oportunidade de responder às acusações dos autores antes da sua publicação, um facto que deveria ter levado os editores do livro ou a imprensa a garantir que tanto a instituição como os indivíduos fossem anónimos.

Consideramos pouco profissional, para não dizer outra coisa, e perigosamente antiético, publicar acusações sem provas e sem anonimizar efetivamente os acusados. O impacto do capítulo tanto nas pessoas acusadas como na instituição é potencialmente devastador.

Dada a visibilidade internacional do professor Santos, o capítulo forneceu munição à mídia conservadora de Portugal, que imediatamente começou a usar as acusações para questionar um intelectual público que há muito defende e apoia os direitos feministas e indígenas. Ambas conhecemos Boaventura de Sousa Santos há muitos anos e nunca vimos qualquer indício do tipo de comportamento descrito no artigo; tememos que, apesar da falta de provas que o sustentem, o capítulo possa minar o trabalho de Santos e do seu instituto, bem como prejudicar as carreiras dos académicos mais jovens que estiveram afiliados ao centro.

É claro que compreendemos que muitas universidades tenham fechado os olhos ao assédio sexual; na verdade, nós mesmas testemunhamos assédio e tratamento injusto contra mulheres em muitas universidades em todo o mundo. Assim, reconhecemos a importância do trabalho que este volume pretende realizar.

Mas as acusações incluídas neste capítulo, dirigidas a uma instituição facilmente identificável e a académicos específicos, exigem sem dúvida mais provas do que as apresentadas no capítulo. Gostaríamos de poder contar com editoras académicas como a distinta Routledge para examinar, mesmo que minimamente, a fiabilidade do que publica.

Embora estejamos cientes de que são os autores do artigo que formulam estas acusações infundadas, é evidente que os diretores e editores do volume têm alguma responsabilidade em garantir que os ataques à reputação pessoal e à carreira profissional dos indivíduos sejam fundamentados ou totalmente anónimos, e em dar-lhes a oportunidade de responder.

Acusações infundadas como estas não ajudam as mulheres do mundo académico na sua luta pela igualdade e pelo tratamento respeitoso, mas servem antes para apoiar os ataques contra o mundo académico e, por conseguinte, minam o respeito pelas

académicas feministas. Também esbatem muitas linhas entre abordagens éticas e não éticas para lidar com as culturas institucionais que permitem o assédio.

Estamos cientes de que o livro já está disponível em todo o mundo, mas esperamos que vocês, como diretores e editores deste volume, procurem uma maneira de abordar os problemas que o capítulo criou, tanto para indivíduos identificáveis quanto para instituições. No mínimo, exortamo-los a oferecer algum meio que permita às pessoas cuja reputação foi permanentemente manchada dar algum tipo de resposta às acusações do capítulo; também esperamos que encontrem uma forma de esclarecer que as acusações do capítulo são apenas isso: acusações não comprovadas.

Atenciosamente,

Gay W. Seidman, Professora de Sociologia da Universidade de Wisconsin-Madison

Linda Gordon, Professora de História (aposentada) da Universidade de Nova Iorque e da Universidade de Wisconsin-Madison

Routledge retirou oficialmente o capítulo, reconhecendo que violava princípios éticos e legais, incluindo o direito ao anonimato e a obrigação de fundamentar acusações graves.

LV nunca denunciou assédio enquanto esteve no CES, muito pelo contrário: procurou integrar-se como investigadora permanente, colaboradora em projetos e até participante em publicações dirigidas por BSS (prova 2: e-mail de 7 de outubro de 2016, onde propõe artigos conjuntos a BSS).

WORKING TOGETHER:

PROPOSAL FOR A CO-AUTHORED ARTICLE

UPDATE: Proposal to write together an article for the Call Special Issue International Journal of Transitional Justice (Social Science Citation Index (SSCI): A1
Title Special Issue: "**Transitional Justice from the Margins: Intersections of Identities, Power and Human Rights**" deadline for submission 1 July 2017 (see details in email)

It seems to me an ideal opportunity to make a more radical diagnosis of this field from the abyssal lines, epistemologies of the south combining your theoretical framework with empirical data from my own research and other empirical studies.

I share with you an article which I co-authored with my PhD supervisor Eva Brems (UGent University) published in 2010 Transitional Justice and Cultural Context: Learning from the Universality Debate, *Netherlands Quarterly of Human Rights*, Vol. 27, No. 2, pp 199-224. (Web of science/social science citation index)

I would love to go more radical in the analysis ;-)

Further, I have published in 2010 about the indigenous voices on the Guatemalan National Reparation Program (see text in attachment), and I'm also an occasional reviewer.

As dificuldades de LV no CES foram administrativas e profissionais, decorrentes de uma má adaptação institucional, conflitos pessoais e uma atitude exigente em relação à instituição. **Nunca houve qualquer menção a assédio** nos seus relatórios

oficiais nem na extensa correspondência com BSS e outros membros do CES (*prova 3: e-mail de 5 de dezembro de 2017, em que BSS tenta ajudá-la a cumprir o contrato Marie Curie*).

No que diz respeito aos teus planos para os próximos meses, apraz-me ver que programaste actividades para divulgar os resultados tanto na Guatemala como na Colômbia. Mas deves complementar a divulgação com actividades que vão além das publicações e conferências, como estava inicialmente previsto no projeto. Propões como resultado um ciclo de cinema que deves tentar organizar (incluir estudantes de doutoramento nesta atividade é uma boa ideia - podes falar com a Paula e/ou o Bruno sobre isso). Se não for um ciclo de cinema, então um seminário ou um workshop que possa organizar quando regressares a Coimbra em junho/julho. Envia-me as tuas ideias sobre isto. Relativamente ao seminário, o grupo alice-epistemologias do sul está a organizar uma série de seminários e gostaria que aceitasses o nosso convite e encontrassem uma data mutuamente conveniente.
E ainda estás a planear a elaboração de recomendações políticas, como previsto? Quanto à tua estadia de investigação no México, aumentará o tempo passado fora do quadro jurídico da UE do teu projeto. O GAGEP diz-me que terás de apresentar uma alteração. Compreendo as tuas reservas quanto a assinar agora o plano de desenvolvimento da carreira, mas este é um reflexo do teu projeto original anexado à convenção de subvenção. E é importante assiná-lo para levar a cabo o resto do projeto. Ou, em alternativa, propõe alterações para que eu possa aprovar. Se estiveres disponível, podemos encontrar-nos por skype amanhã. O meu skype:boasantos. Dada a diferença horária (aqui seis horas mais cedo do que em Coimbra), sugeria o final da tarde ou a noite em Portugal.
Avisa-me.
Cumprimentos

LV foi objeto de um processo disciplinar por incumprimento contratual, após o qual o CES e a Comissão Europeia decidiram encerrar definitivamente o caso sem sanções (*prova 4: carta oficial de Bruxelas – REA, que declara o assunto encerrado, datada de 2019*).

Bruxelas, REA A2/JBV/SD/CMM
Sr. João Paulo Dos Santos Dias
Diretor Executivo
Centro de Estudos Sociais
[redacted]
PORTUGAL
Assunto: Programa-Quadro Horizonte 2020
Convenção de subvenção: H2020-MSCA-IF-2015-708096 - GROUNDHR
Encerramento do procedimento de pedido de informações

Caro Sr. Dos Santos Dias,
Agradecemos a sua resposta ao nosso segundo pedido de informações (ares (2019)244269).
Não temos mais perguntas e consideramos o assunto encerrado.
A responsável pelo projeto entrará em contacto consigo caso tenha perguntas no âmbito da avaliação do seu relatório técnico final.
Cumprimentos,

assinado eletronicamente
Jean-Bernard VEYRET

[redacted]

O capítulo difamatório baseia-se numa lógica subjetiva sem verificação factual, validando «meias verdades», rumores e uma pichagem anónima na parede como base para acusações institucionais graves.

LV parece sempre ter sido obcecada pelo CES. A sua primeira tentativa de entrar na instituição não teve sucesso. LV não desistiu e, com o apoio do CES, finalmente conseguiu entrar na instituição. Durante o seu tempo em Coimbra e no CES, LV estava sempre mais preocupada com a autopromoção do que com o trabalho que deveria fazer. LV acreditava que tinha o direito de lecionar no CES. Ela acreditava que o CES deveria incluir estudos em seu programa que eram sua especialidade. Ela acreditava que o CES tinha tudo a ganhar com o seu trabalho. Como os responsáveis pelo CES não foram receptivos, LV imediatamente reclamou da instituição à Marie Curie (a entidade que financiava a sua bolsa de estudos). De facto, um sentimento de superioridade transparece nos seus relatórios de bolsa, particularmente no «Relatório para a REA» de 5 de março de 2018. Este relatório revela a sua má vontade para com a instituição de acolhimento, sobre a qual não tem uma única palavra boa a dizer. Pelo contrário, na secção sobre «Gestão de risco», afirma que a instituição de acolhimento não «prestou apoio suficiente» para estratégias de mitigação de risco. LV é certamente muito descritiva e crítica neste relatório, e não há qualquer referência a qualquer tipo de assédio ou algo semelhante ao que ela relata no capítulo do livro da Routledge. LV já era crítica em relação à instituição. Por que demorou cinco anos para escrever o que aparece no capítulo? Por que mudou a sua versão? Porque isso justifica o seu fracasso.

É importante notar que LV queria atacar o CES e, para isso, precisava atacar a BSS. Mas é claro que o alvo é a instituição. LV acusa João Paulo Dias de controlar juízes, promotores e advogados e acusa as feministas do CES de encobrir todas as irregularidades que ocorreram lá e, em última análise, de contribuir para que LV não se tornasse professora do CES.

Existem vários testemunhos de investigadores indígenas contra LV, que denunciam abuso de poder, extrativismo epistémico e maus-tratos durante o projeto RIVERS que LV coordenava, o que contradiz os princípios que supostamente defende (**prova 5**: carta pública de Kelly J. Quilcué Vivas de 12 de dezembro de 2019 **e prova 6**: carta de 11 de abril de 2023 de outra investigadora indígena ao arquivo da Comissão Independente **(originais disponíveis**).

1. Carta pública de Kelly J. Quilcué Vivas (originais disponíveis):

Madrid, Getafe, 12 de dezembro de 2019

Colonialismo académico

Minha experiência como investigadora indígena no projeto RIVERS do ERC

Por Kelly J Quilcué Vivas

Como a minha história me precede, gostaria de começar pelo início. Venho de uma reserva indígena do sudoeste da Colômbia chamada Piçkwe Thã´ Fiw,

identificamo-nos como indígenas Nasas ou Paéces. A minha história não é apenas minha, mas de um

povo. Vivemos tantas atrocidades desde a conquista, e também acontecimentos da

natureza, como, por exemplo, a tragédia de 1994 em Tierradentro, que já não temos nada a perder. Fomos despojados, mortos, violados, confinados, ameaçados, mas mesmo no auge do extermínio, conseguimos força física e espiritual para continuar a sobreviver. Desde que me lembro, sempre foi assim. A identidade Nasa nunca se rende ao inimigo.

Com a ajuda de muitas pessoas a quem devo o que sou, compreendi que a luta do meu povo não dependia apenas da sobrevivência física, política, cultural e estratégica dos territórios, mas também tinha de ser travada no âmbito académico. Tenho vindo a reforçar esta perspetiva nos últimos anos, tendo em conta as lacunas e incoerências que fui encontrando na literatura especializada, particularmente na que trata dos povos indígenas.

Nesse caminho, formei-me em sociologia com uma tese que recebeu menção especial, fiz um mestrado em Estudos Internacionais de Paz, Conflitos e Desenvolvimento, do qual me formei este ano. Após esse ciclo, candidatei-me ao projeto Rivers, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação, e fui selecionada como investigadora pré-doutoral. Para chegar até aqui, como muitos colegas indígenas, sofri um choque cultural e tive que me esforçar mais para entender certas lógicas ocidentais, tive que ler e reler, perder o medo, deixar de lado formas que na minha comunidade fazem sentido, mas que no mundo académico, infelizmente, não são apreciadas na sua dimensão material e espiritual. Conto tudo isto para que compreendam o contexto da minha relação com o meio académico, não para me vitimizar, mas para continuar a resistir.

O projeto Rivers era isso para mim, uma oportunidade de concretizar o que eu queria, pois trata-se de uma iniciativa epistemologicamente sólida e eu identificava-me completamente com a ideia de não separar o teórico do prático. No entanto, descobri que, embora sua pretensão seja buscar mudanças estruturais nas realidades sociais dos setores mais marginalizados da sociedade, a lógica hegemónica em que o projeto se move é a mesma de um projeto normal e comum. Faço essa afirmação porque esperava que os fundamentos teóricos do projeto se refletissem nas relações interpessoais e no cotidiano do espaço de trabalho.

No entanto, o ambiente de trabalho do projeto Rivers caracterizou-se por um constante abuso de poder refletido na gestão hierárquica das reuniões em equipa e bilaterais, na atribuição de tarefas fora dos objetivos do projeto e no tratamento verbal abusivo dos membros da equipa, especialmente pelo uso repetido de gritos.

Apesar disso, agradeço ao projeto Rivers por me dar a oportunidade de ver na realidade académica essa enorme lacuna entre o que se quer, o que se faz e o que realmente se é. Situar-se à margem não significa que fazemos a mudança, nem tampouco falar de descolonização do pensamento significa fazê-la. Vivemos tempos de reivindicação de ações afirmativas, mas é importante precisar que, se os povos indígenas entramos na academia competindo publicamente com membros da sociedade majoritária, não é preciso falar de

reparação histórica, muito menos quando as relações laborais continuam perpetuando a lógica colonial e capitalista de discursos disfarçados em formas alternativas de educação.

Em meio a todas essas contradições, tentei dar tempo ao sistema académico e também uma oportunidade ao projeto Rivers para compensar a pressão de me encontrar num ambiente no qual havia apostado. Por isso, à altura do trabalho que exige um megaprojeto de investigação internacional (Colômbia, Nepal e o Sistema das Nações Unidas) e com o compromisso não só pessoal com o meu povo, mas também com a construção de linhas de investigação que fortaleçam o pensamento indígena.

Realizei um trabalho comprometido e rigoroso, como era exigido. No entanto, a direção do projeto decidiu rescindir o meu contrato como técnico de apoio/investigador pré-doutoral sem justificar os seus motivos por escrito.

É incompreensível que isto aconteça duas semanas após o lançamento do projeto Rivers, na presença da Relatora Especial para os Direitos dos Povos Indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, e da presidente do Fórum Permanente para as Questões Indígenas, Anne Nuorgam, que salientaram a importância de ter em conta o ponto de vista dos povos indígenas neste tipo de iniciativas e, nesse sentido, sinto que a minha presença nesse evento foi utilizada para «decorar» uma crítica pós-colonial que, no fim de contas, continua inserida na lógica do mercado.

Por fim, gostaria apenas de enfatizar dois pontos. Em primeiro lugar, que embora juridicamente a rescisão do meu contrato tenha ocorrido dentro do meu período de experiência, o que dá à coordenação do projeto a oportunidade legal de não justificar a sua decisão, trata-se de um comportamento que contradiz os códigos éticos de um projeto dedicado à defesa dos direitos humanos numa perspetiva anticolonial. Na verdade, trata-se de uma demissão sem evidência das causas que, na minha opinião, só poderia ser sustentada pela minha recusa em desempenhar funções fora do projeto e questionar os maus-tratos. Decisões como esta podem prejudicar a vida profissional de investigadores que estão a iniciar a sua carreira, ainda mais se forem estrangeiros e muito mais se forem de povos indígenas. Segundo, que o meu caso seja levado em consideração pelas organizações indígenas e da sociedade civil da Colômbia e da Abya Yala, porque, afinal, estamos a permitir que se perpetue a lógica das investigações hegemónicas nos nossos territórios.

Com a força que os meus antepassados me deixaram, continuamos e continuaremos em luta

2. *Caro professor, é um prazer cumprimentá-lo.*

Meu nome é X, sou k'iche' da Guatemala e, infelizmente, fiz parte da equipe Rivers, dirigida por Lieselotte Viaene durante o tempo em que ela esteve aqui na Guatemala. Conversamos com nossos colegas de outros países e a maioria foi vítima da mesma pessoa. Y e Z compartilharam sua experiência conosco e todos queríamos ver se poderíamos falar com você.

É uma longa e triste história, este projeto na minha vida e na dos meus colegas, por isso gostaríamos de falar consigo. Escrevo-lhe hoje, justamente porque a minha indignação pela sua histeria invejosa me comove... É toda a minha indignação. A propósito, também é um

grande dia, estou a escrever a um dos pensadores que mais admirei na minha vida, é um grande prazer cumprimentá-lo, professor.

Em conclusão, mostramos-lhe o seu modelo de gestão e ética... informando-o que mais de 80% do pessoal viveu situações de violência. Ao mesmo tempo, também lhe comunicarão que estão cientes de que 80% do pessoal declara ter sido vítima de violência. Nenhum dos membros do pessoal intentou ações judiciais porque não dispunham dos recursos económicos e dos custos emocionais que um processo judicial exige. Principalmente porque todos os afetados são de outros países... Estamos a ver outras ações para denunciar o extrativismo epistémico e isso. Mas parece que isso fica impune, o que é frustrante, enquanto procuramos caminhos de esperança para obter justiça. E você, professor, tem alguma ação para denunciar a loucura dessa mulher? Vamos ver se podemos apoiar a situação, talvez os nossos colegas se animem. Espero sinceramente que consiga evidenciar a loucura desta senhora. Fico atenta às suas notícias.

Até mesmo ex-colaboradores guatemaltecos da LV entraram em contacto com a BSS denunciando maus-tratos sistemáticos e sua intenção explícita de «vingar-se do CES» através de um artigo, o que confirma a motivação pessoal por trás do capítulo.

O caso de Lieselotte Viaene mostra um padrão claro: ***uso estratégico de discurso de denúncia sem base factual****, motivado por ressentimentos pessoais, fracassos institucionais e desejos frustrados de permanência no CES. A revisão documental indica que* ***a autora nunca denunciou assédio enquanto fez parte da instituição*** *e que o capítulo posteriormente publicado constitui um ato de* ***difamação deliberada*** *mascarado de autoetnografia.*